Acervo ISA

Documentação
Jornal A notícia
Data 1/12/99 Pg
Classificação 31

Para:
Weigold
Urgente

Projeto de lei reduz área de preservação nas margens de mananciais

Ecologistas mantêm mobilização

Rio do Sul — A Rede de Organizações Não-governamentais da Mata Atlântica ainda não recebeu retorno do documento enviado aos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), onde pede que o projeto de conversão da Medida Provisória 1.885/99 (que altera o Código Florestal Brasileiro) em lei seja retirado definitivamente de votação. Segundo a coordenadora do escritório da rede, Miriam Prochnow, o feriado de ontem em Brasília fez com que alguns setores não funcionassem integralmente. A mobilização dos ecologistas em todo o Brasil está sendo tão grande que o Ministério do Meio Ambiente já admite negociar seis pontos do projeto, considerado um retrocesso desde que o código foi implantado em 1934.

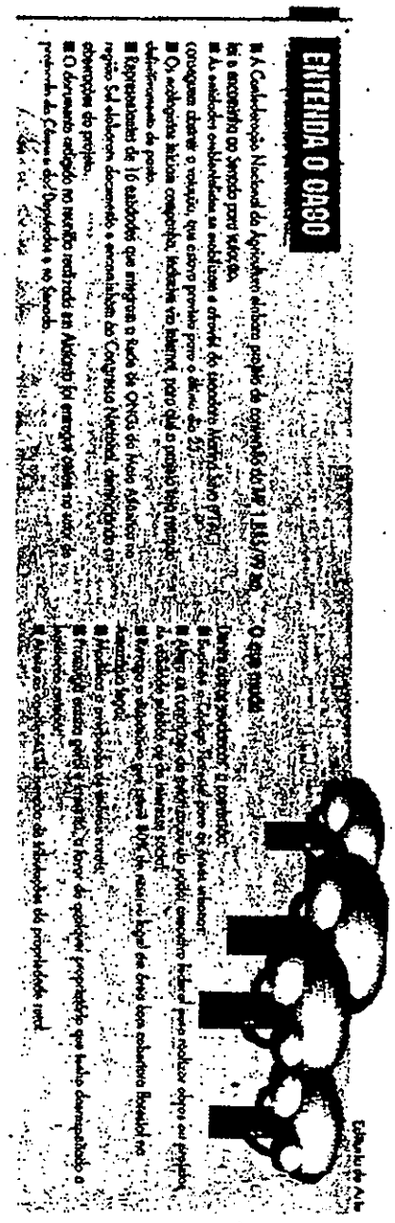
O documento foi redigido no final de semana, em Atalanta, na reunião da regional Sul da rede. Avaliando o projeto de conversão da MP em lei as entidades dos três Estados do Sul concluíram que as mudanças no código destroem conquistas fundamentais do direito ambiental e ferem o princípio da separação dos poderes. "Cria uma legislação totalmente nova, sem passar pelos trâmites constitucionais", destaca Miriam. O Instituto Sócio-ambiental continua com a sua campanha na Internet (site www.socioambiental.org).

Miriam adiantou que o Ministério do Meio Ambiente elencou seis pontos críticos do projeto. A isenção e anistia, que são considerados inaceitáveis, serão alvo de pedido de veto caso passem. A redução da reserva legal de cerrado de 50 para 20%, que o MMA considera negociável, voltaria a valer o que está no código, que é a mesma coisa.

Outro ponto é a acumulação de área de preservação permanente e reserva legal. "O Ministério também acha negociável se tiver um piso, mas não dá mais detalhes", observou. Por último vem a manutenção da questão de exóticas e da anuência do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que o MMA acha que é problema de forma. A coordenadora antecipou que os ambientalistas não concordam em negociar apenas estes pontos.

MP em lei as entidades dos três Estados do Sul concluíram que as mudanças no código destroem conquistas fundamentais do direito ambiental e ferem o princípio da separação dos poderes. "Cria uma legislação totalmente nova, sem passar pelos trâmites constitucionais", destaca Miriam. O Instituto Sócio-ambiental continua com a sua campanha na Internet (site www.socioambiental.org).

Miriam adiantou que o Ministério do Meio Ambiente elencou seis pontos críticos do projeto. A isenção e anistia, que são considerados inaceitáveis, serão alvo de pedido de veto caso passem. A redução da reserva legal de cerrado de 50 para 20%, que o MMA considera negociável, voltaria a valer o que está no código, que é a mesma coisa.

Outro ponto é a acumulação de área de preservação permanente e reserva legal. "O Ministério também acha negociável se tiver um piso, mas não dá mais detalhes", observou. Por último vem a manutenção da questão de exóticas e da anuência do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que o MMA acha que é problema de forma. A coordenadora antecipou que os ambientalistas não concordam em negociar apenas estes pontos.

ENTENDA O CASO